PROCESSO LEGISLATIVO — DIREITO DE INICIATIVA —
INCONSTITUCIONALIDADE

— A Lei amazonense nº 37/92, que dispõe sobre salário mínimo profissional de servidor público do Estado, diplomado em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, e cria gratificações, tendo sido votado e aprovada mediante iniciativa parlamentar, padece do vício formal de inconstitucionalidade por usurpação da competência privativa do chefe do poder Executivo para desencadear o processo legislativo referente a tais proposições (CF88, artigo 61, § 1º, II, a).

— Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 840

Requerente: Governador do Estado do Amazonas

Requerido: Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas

Relator: Sr. Ministro Maurício Corrêa

ACÓRDÃO

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, julgar procedente a ação direta, declarando a inconstitucionalidade da Lei nº 37, de 02/12/1992, do Estado do Amazonas.

Brasília, 15 de outubro de 1998.

CARLOS VELLOSO — Presidente

MAURÍCIO CORRÊA — Relator

O SENHOR MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA: O Governador do Estado do Amazonas ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade requerendo seja declarada a suspensão da eficácia da Lei estadual nº 37, de 02 de dezembro de 1992, por violar os artigos 2º, 5º, 7º, inciso IV, 18, 25, *caput* e § 1º, 37, *caput* e inciso X, 61, § 1º, inciso II, alínea a, e 169, parágrafo único, incisos I e II, todos da Constituição Federal.

2. Transcrevo o texto da lei impugnada:

“Art. 1º. Fica assegurada a percepção de

salário mínimo profissional do servidor, ocupante de cargo ou emprego público, diplomado em curso regular de nível superior de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, fixados por lei federal, sempre que for este salário superior ao vencimento que resultar de aplicação das tabelas próprias da administração direta e indireta, previstas em lei estadual.

Parágrafo único. A percepção de salário mínimo profissional, nos termos deste artigo, não implica alteração do regime jurídico a que é sujeito o servidor.

Art. 2º. O pagamento do salário mínimo profissional far-se-á com observância dos termos da lei federal específica, ficando o servidor, enquanto nesta situação, obrigado ao cumprimento de carga horária nela estabelecida em correspondência com aquela remuneração mínima.

Art. 3º. A remuneração das horas suplementares de trabalho do servidor que perceba salário mínimo profissional nos termos desta Lei, obedecerá os preceitos especiais da legislação trabalhista ainda quando se trata de servidor subordinado ao regime jurídico do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Ficam ressalvados do disposto neste artigo, se situações constituídas anteriormente à vigência desta Lei, os servidores que, percebendo salário profissional, são remunerados em razão de trabalho prestado em carga horária superior à norma, mediante gratificação prevista em lei estadual.

4º. Os profissionais que exercerem suas funções no interior do Estado, perceberão vantagens de até 100% sobre o valor real de seu salário, nos termos a seguir:

a) Os profissionais alocados em municípios com acesso rodoviário à Capital, com distância máxima de 300km, terão direito a perceber mais 50% sobre o salário mínimo profissional, como vantagem pessoal.

b) Terão direito a 100% de vantagem pessoal, os profissionais que estiverem lotados em município que não preencha o requisito do item anterior.

Art. 5º. Os profissionais que ultrapassarem o limite de carga horária de trabalho terão direito à remuneração das horas extras tra-

balhadas, acrescentados 50% ao valor da hora normal.

Parágrafo único. Ficam ressalvados os casos em que o profissional já esteja percebendo gratificação, que considere, inclusive, o trabalho extraordinário de que trata este artigo.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

3. Afirma o Autor que aprovado o projeto de lei que assegura a percepção de salário mínimo profissional aos diplomados em curso superior de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, nos termos estabelecidos nesta lei, foi ele encaminhado ao Chefe do Poder Executivo do Estado para sanção, tendo sido, no entanto, vetado. Retornando à Assembléia Legislativa para a apreciação do veto governamental, foi ele rejeitado, convertendo-se na lei ora impugnada.

4. O Ministro Paulo Brossard, então Relator da matéria, submeteu o pedido de liminar ao Plenário desta Corte, que o deferiu em acórdão assim ementado (fls. 60):

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA LIMINAR. SERVIDORES ESTADUAIS. FIXAÇÃO DOS VENCIMENTOS COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL, ESTABELECIDO EM LEI FEDERAL. REAJUSTE AUTOMÁTICO DOS VENCIMENTOS, SEM LEI GERAL QUE ASSIM DISPONHA. VÍCIO DE INICIATIVA.

Medida liminar concedida para suspender a eficácia da Lei Promulgada nº 31 (rectius 37), de 02.12.92, que fixa os vencimentos dos servidores estaduais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia, com base no salário mínimo profissional, previsto na Lei nº 5.194, de 24.12.66. Precedentes”.

5. O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas prestou as informações que lhe foram solicitadas, nas quais sustenta que o ato impugnado decorreu do legítimo exercício da atividade parlamentar ínsita ao Poder Legislativo estadual (fls. 62/66)/

6. Em cumprimento ao disposto no § 3º, do artigo 103, da Constituição Federal, o Advoca-

gado-Geral da União pede seja julgada improcedente a ação fls. 70/76).

7. O Procurador-Geral da República opina pela procedência da ação (fls. 78/82).

É o relatório do qual serão extraídas cópias a serem enviadas a todos os Senhores Ministros, nos termos do artigo 172 do RISTF.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA (RELATOR): O ato normativo acoimado de inconstitucional é a Lei amazense nº 37/92, que dispõe sobre salário mínimo profissional de servidor público do Estado, diplomado em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, e cria gratificações.

2. A lei cuja inconstitucionalidade se requer originou-se de projeto de iniciativa parlamentar, que, submetido ao Chefe do Executivo do Estado, recebeu veto total, contudo, posteriormente derrubado pela Assembléia Legislativa (fls. 28).

3. Correto o veto apostado pelo Governador do Estado, tendo em vista o que expressa o artigo 61, § 1º, II, *a*, da Carta Federal, ao determinar que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre *criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, regra essa que se estende aos Estados-Membros por força do artigo 25 da Constituição*.

4. Evidencia-se, por isso mesmo, que a Lei nº 37, de 12 de dezembro de 1992, do Estado do Amazonas, tendo sido votada e aprovada mediante iniciativa parlamentar, violou o artigo 61, § 1º, II, *a*, da Constituição Federal, que garante ao Chefe do Poder Executivo Estadual a iniciativa de tais proposições.

5. Assim sendo, não pode conviver com o preceito da Carta Política Federal, a disposição de lei estadual que não perfilha o parâmetro federal, em face do descumprimento do princípio da reserva legal.

6. Esta Corte, ao examinar casos similares, tem decidido pela inconstitucionalidade de leis de iniciativa parlamentar, quando violado

o princípio da reserva legal, como se extrai dos precedentes que abaixo transcrevo:

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 3º DA LEI Nº 9.820, DE 19.01.93, PROMULGADA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR ATO PUBLICADO EM 19.04.93. ISONOMIA DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS ESTADUAIS.

1. Norma inserida, por emenda parlamentar, em projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo: configura inconstitucionalidade formal por usurpar a competência privativa do Governador do Estado, em ofensa ao princípio de independência e harmonia entre os Poderes.

2. Ação Direta procedente” (ADI nº 873, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, DJ de 22.08.97, p. 38.759).

7. No mesmo sentido: ADI nº 1434-SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ de 22.11.96, p. 45.684; ADI 182-RS, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, DJ de 05.12.97. p. 63; ADIMC 198-MT, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ de 27.04.90, p. 03.422; ADI nº 645-DF, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, RTJ 140/457; ADI nº 873-RS, Rel. Min. PAULO BROSSARD, RTJ 150/482; ADI nº 822-RS, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, RTJ 148/70; ADI nº 546-RS Rel. Min. MOREIRA ALVES, DJU de 8.11.1991, p. 01.723.

Ante o exposto, julgo procedente a presente ação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 37, de 02 de dezembro de 1992, do Estado do Amazonas.

VOTO

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: Sr. Presidente, temos acrescentado, em matéria de leis que prescrevem o respeito ao salário mínimo profissional na remuneração dos servidores locais, ao vício formal da iniciativa parlamentar, o vício substancial da violação da autonomia dos Estados, na medida em que os submete às leis federais, fixadoras do piso salarial da profissão.

Acrescento esse fundamento ao meu voto, assim como decidimos em caso absolutamente similar: ADIn 1.064, relator o Ministro Ilmar Galvão, julgada em 07 de agosto de 1997. Acompanho o Sr. Ministro-Relator.

EXTRATO DE ATA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 840-4

PROCED.: AMAZONAS

Relator: Min. Maurício Corrêa

Repte.: Governador do Estado do Amazonas

Adv.: Oldeney Sa Valente

Reqdo.: Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, jul-

gou procedente a ação direta, declarando a inconstitucionalidade da Lei nº 37, de 02/12/1992, do Estado do Amazonas. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Celso de Mello, Presidente, e Sydney Sanches, e, neste julgamento, o Sr. Ministro Nelson Jobim. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Plenário, 15.10.98.

Presidência do Senhor Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Octávio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

Luiz Tomimatsu — Coordenador